

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

THAÍS SCUISSIATTO BORGES DE MACEDO

**NA SALA DE PARTO:
A NECESSIDADE DE UMA REPORTAGEM SOBRE VIOLÊNCIA
OBSTÉTRICA**

**Curitiba
2015**

THAÍS SCUISSIATTO BORGES DE MACEDO

**NA SALA DE PARTO:
A NECESSIDADE DE UMA REPORTAGEM SOBRE VIOLÊNCIA
OBSTÉTRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo na Universidade Federal do Paraná, apresentado como critério parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Myrian Del Vecchio

CURITIBA

2015

TEMA: Livro-reportagem sobre violência obstétrica e seu impacto na sociedade

RESUMO

Esse trabalho aborda o livro-reportagem como suporte para o jornalismo aprofundado e aperiódico, suas características e principais formas de apuração. Aborda também a violência obstétrica no Brasil, com o uso de dados e exposição de práticas consideradas violentas no parto. O objetivo é apresentar o projeto de um livro-reportagem que faça um quadro aprofundado da violência obstétrica, utilizando depoimentos, entrevistas e dados.

PALAVRAS-CHAVE

Livro-reportagem. Jornalismo impresso. Jornalismo literário. Entrevista. Violência obstétrica. Parto.

Sumário

INTRODUÇÃO	4
1. O LIVRO COMO SUPORTE DA REPORTAGEM E FORMAS DE APURAÇÃO	9
1.1 Livro-reportagem: conceito e contexto.....	9
1.2 Jornalismo literário: um gênero híbrido.....	10
1.3 Livro-reportagem <i>versus</i> reportagem periódica	11
1.4 Breve história do livro-reportagem no Brasil e no mundo.....	15
1.5 <i>The new new journalism</i> : o jornalismo literário atual.....	19
1.6 A internet como fonte para o jornalismo	20
1.7 Entrevista como forma de coleta de dados.....	22
2. DISCUSSÃO SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	24
2.1 Violência obstétrica: o que é e o que representa para a sociedade	24
2.2 Exposição geral da violência obstétrica no Brasil	27
2.3 Direito de escolha: parto normal ou cesárea	30
2.4 Violência verbal durante o parto	32
2.5 Intervenções médicas e o consentimento esclarecido	32
2.6 Violência obstétrica na mídia e na internet	35
2.7 Legislação sobre violência obstétrica	37
2.8 O parto humanizado como alternativa para a violência	39
3. METODOLOGIA	42
3.1 Detalhamento do produto	44
4. CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O parto é um dos momentos mais importantes da vida da mulher. As que aceitam ser mães passam meses se preparando para o nascimento dos filhos, conversando com ginecologistas e obstetras e planejando como será o procedimento. Porém, a lembrança dessa ocasião especial pode ser manchada permanentemente pela violência obstétrica.

A violência obstétrica caracteriza-se como atos de violência física, psicológica e emocional contra mulheres no processo de ter um filho. Várias são as manifestações desse tipo de violência, das mais leves às mais graves, e algumas são muito comuns, atingindo uma em cada quatro parturientes, segundo pesquisa realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Sesc, a ser detalhada adiante.

Um dos fatores determinantes na situação da violência obstétrica no Brasil é o alto número de cesarianas realizadas no país. Na rede privada de saúde, 90% dos nascimentos são por cesárea, e, na pública, 45%, segundo a pesquisa *Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre parto e nascimento*, coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, publicada em 2014. O número é muito maior do que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde: o órgão sugere que há necessidade de intervenção cirúrgica na hora do nascimento em apenas 15% dos casos. O resultado é que as mulheres brasileiras são cada vez mais incentivadas a se submeterem desnecessariamente a cesarianas. Ao mesmo tempo, o parto natural – que deveria ser o procedimento padrão quando a mulher e o bebê são saudáveis – é considerado inconveniente pelas equipes médicas, que ficariam mais tempo em serviço.

Dentre as agressões verbais, destacam-se frases como “na hora de fazer não chorou” e “se gritar eu não vou te atender”, pronunciadas por profissionais da saúde. Também se inclui na violência obstétrica a recusa do hospital de conceder direitos, como o acompanhamento da parturiente por pelo menos uma pessoa de sua confiança (garantido pela lei federal nº 11.108/2005), ou o direito de escolher o tipo de parto a ser realizado dentro das condições necessárias. Entre os casos mais graves, está a realização de episiotomia (corte entre a vagina e o ânus feito como procedimento padrão, ainda que estudos recentes garantam a inutilidade do

procedimento – considerado por muitos uma “mutilação genital”) e a Manobra de Kristeller (procedimento no qual uma pessoa – enfermeira ou médico – aplica pressão no fundo do útero, podendo causar rompimento de órgãos da mãe e fraturas no bebê), ambos os procedimentos desencorajados pela Organização Mundial da Saúde.

A violência obstétrica tem ganhado visibilidade na grande mídia aos poucos, em casos isolados. Um dos mais conhecidos é o da gaúcha Adelir Carmem Lemos de Góes, que em primeiro de abril de 2014 foi retirada de sua casa durante a madrugada, conduzida por policiais armados até um hospital e submetida forçosamente a uma cesárea. Segundo a reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada em 2 de abril, *Justiça do RS manda grávida fazer cesariana contra a sua vontade*, Adelir foi ao hospital por sentir dores lombares e no ventre. Uma médica aconselhou-a a fazer uma cesariana imediatamente, pois o bebê estaria em posição que dificultaria o parto normal, mas Adelir preferiu assinar um termo de responsabilidade e voltar para casa. À 1h30 da madrugada seguinte, um oficial de Justiça escoltado por policiais levou Adelir, já em trabalho de parto assistido por uma doula, para o hospital, onde uma cesariana foi realizada sem o consentimento da mulher.

A temática da violência obstétrica foi considerada para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Jornalismo, no formato de livro-reportagem. Para tanto, será preciso considerar o que é violência obstétrica e como ela acontece na sociedade brasileira. O projeto de Lei nº 7633/14, do deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) define:

Caracteriza-se a violência obstétrica a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos(as) profissionais de saúde, através do tratamento desumanizado, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais, que cause a perda da autonomia e capacidade das mulheres de decidir livremente sobre seus corpos e sua sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.

Já a declaração da Organização Mundial de Saúde, “Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde”, publicado em 2014 em seis idiomas, incluindo o português, cita, além das principais violências praticadas, as mulheres mais propensas a serem vítimas:

Relatos sobre desrespeito e abusos durante o parto em instituições de saúde incluem violência física, humilhação profunda e abusos verbais, procedimentos médicos coercivos ou não consentidos (incluindo a esterilização), falta de confidencialidade, não obtenção de consentimento esclarecido antes da realização de procedimentos, recusa em administrar analgésicos, graves violações da privacidade, recusa de internação nas

instituições de saúde, cuidado negligente durante o parto levando a complicações evitáveis e situações ameaçadoras da vida, e detenção de mulheres e seus recém-nascidos nas instituições, após o parto, por incapacidade de pagamento. Entre outras, as adolescentes, mulheres solteiras, mulheres de baixo nível sócio-econômico, de minorias étnicas, migrantes e as que vivem com HIV são particularmente propensas a experimentar abusos, desrespeito e maus-tratos.

A pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc em agosto de 2010, fez um levantamento aprofundado da violência obstétrica no Brasil. Nessa pesquisa quantitativa, foi detectado que 25% das mulheres sofreu algum tipo de violência no atendimento do parto. Dentre as opções perguntadas, a resposta foi afirmativa para: o profissional de saúde fez o exame de toque de forma dolorosa (10%), negou alívio para a dor (10%), gritou com você (9%), não informou sobre os procedimentos sendo realizados (9%), se negou a te atender (8%), te xingou ou humilhou (7%), te empurrou, te amarrou, bateu em você ou te assediou sexualmente (1% cada). Também 23% das mães afirmam ter ouvido frases desrespeitosas durante o parto.

Com base nos depoimentos e dados recolhidos, o objetivo deste trabalho será responder o que caracteriza a violência obstétrica, como identificá-la, em que condições e ambientes acontece, e que impactos pode ter na mulher, particularmente, e na sociedade como um todo.

A relevância de um livro jornalístico sobre esse tema está relacionada com a aura de desconhecimento que rodeia a violência obstétrica. Ainda que um número alto de mulheres passe por situações de violência e humilhação no momento de seu parto, essas agressões muitas vezes são consideradas como “procedimento padrão” e nunca são denunciadas ou sequer vistas como irregularidades. Portanto, uma reportagem que reúna tanto depoimentos quanto explicações é crucial para que a comunidade (não só acadêmica) tenha à sua disposição conhecimento sobre o tema.

O formato de livro-reportagem impresso foi escolhido para explorar esse tema por ser uma plataforma que permite aprofundamento no tema sem os limites de tamanho ou enfoque impostos por uma reportagem impressa nos meios periódicos. O formato livro ainda é interessante por poder reunir relatos de várias partes do país sem o empecilho do deslocamento para realizar as reportagens que coletassem som

e imagem, o que seria problemático em caso de outras plataformas que utilizem recursos audiovisuais.

Segundo Edvaldo Pereira Lima (1993), o livro-reportagem tem dois papéis básicos no campo jornalístico. O primeiro é o de ampliar o trabalho da imprensa diária, dando mais durabilidade a assuntos e temas noticiados na mídia periódica (jornais, revistas, rádio, televisão e, mais recentemente, websites). O outro papel, mais relevante para esse projeto a ser desenvolvido, é o de produzir narrativas sobre os campos menosprezados ou tratados apenas superficialmente pela imprensa diária. A violência obstétrica é pouco noticiada, normalmente tratada como um caso isolado. Logo, a função do livro-reportagem a ser desenvolvido será dar destaque a esse assunto menosprezado pelos veículos de comunicação periódicos (LIMA, 1993, p. 7).

O livro-reportagem, segundo Lima (1993), é diferente de uma reportagem tradicional para meios periódicos por uma série de fatores que devem ser levados em consideração na hora de escrevê-lo ou mesmo lê-lo. Uma reportagem abrigada no suporte livro, ao contrário de uma publicada em um suporte como jornal ou revista, precisa ter uma durabilidade maior, sem a característica efêmera que é esperada de um texto a ser publicado em um veículo periódico. Também deve preencher os vazios de informação que uma reportagem normal não cobre – fornecer informações aprofundadas que uma notícia em outro suporte não dispõe. Segundo Lima, o escrever de um livro-reportagem é o rompimento com dois “carrascos” conceituais: a atualidade e a periodicidade. Logo, o tema e a construção do livro devem ser atemporais, ou pelo menos não datados, para que valha a pena escrevê-lo. Esses aspectos devem ser levados em consideração na escrita e organização do livro-reportagem a ser realizado. (LIMA, 1993, p. 18) Também para a elaboração do livro, serão usados alguns recursos do jornalismo literário no que diz respeito à organização e linguagem utilizada.

A fim de cumprir os objetivos propostos por esse projeto, a metodologia a ser aplicada será, inicialmente, a realização de pesquisa exploratória e levantamento bibliográfico em várias fontes a respeito de livro-reportagem, grande reportagem, jornalismo impresso, literário e de dados, a fim de compreender melhor o tipo de reportagem a ser realizada.

A pesquisa para reunir as informações necessárias para escrever o livro será quali-quantitativa, reunindo tanto dados de pesquisas quanto depoimentos

aprofundados e entrevistas. Dentre o universo de mulheres que sofreram algum tipo de violência no parto, serão recolhidos depoimentos de uma amostra pequena (cinco mulheres), cujas vivências poderão ser usadas para ilustrar o quadro geral da violência obstétrica no país.

Os depoimentos serão recolhidos através do método jornalístico de entrevistas. Haverá dois tipos de fontes: as personagens (mulheres que passaram por um parto e se dispõem a compartilhar essa história), que serão incluídas entre os capítulos no formato depoimento; e os especialistas (da área jurídica, de saúde ou qualquer outra que se apresente relevante), que terão suas falas mescladas dentro dos capítulos.

Após a coleta dos dados, informações e depoimentos, estas informações serão decupadas, analisadas e convertidas em texto nos padrões do jornalismo literário, a fim de construir o produto final: um livro-reportagem, com previsão de aproximadamente cem páginas. Este livro será impresso no formato tradicional. Cada capítulo deverá funcionar como uma reportagem autônoma, abordando um aspecto específico da violência obstétrica. O estilo de escrita será de reportagem aprofundada, flertando eventualmente com o jornalismo literário, mas sem adentrar muito nesse modelo de escrita. A princípio, estão programados cinco capítulos, além da introdução.

O objetivo geral do projeto é entender o que é a violência obstétrica e seu impacto na saúde física e psicológica das mulheres, bem como na sociedade e no sistema de saúde. Os objetivos específicos são: reunir relatos e depoimentos de mulheres que sofreram algum tipo de violência no momento do parto, assim como relatos de profissionais, seja defendendo algumas das práticas consideradas violentas ou as condenando; explicar como e porque algumas práticas são danosas à saúde física e psicológica da mulher; expor os problemas que essa violência acarreta na sociedade; e apresentar o parto humanizado como alternativa não violenta.

1. O LIVRO COMO SUPORTE DA REPORTAGEM E FORMAS DE APURAÇÃO

1.1 Livro-reportagem: conceito e contexto

O produto dessa pesquisa será um livro-reportagem sobre violência obstétrica. Para isso, será necessário responder o que é um livro reportagem, e quais características são inerentes a esse tipo de texto.

O livro-reportagem é um suporte aperiódico de um texto jornalístico aprofundado. Ou seja: diferente de jornais e revistas, que são publicados com uma frequência pré-determinada (diariamente, semanalmente, mensalmente...), o livro é publicado apenas uma vez, trazendo um conteúdo não datado. Define Eduardo Belo, autor de *Livro-reportagem* (BELO, 2013, p. 41):

Por suas características, [o livro-reportagem] não substitui nenhum meio de comunicação, mas serve como complemento a todos. É o veículo no qual se pode reunir a maior massa de informação organizada e contextualizada sobre um assunto e representa, também, a mídia mais rica – com a exceção possível do documentário audiovisual – em possibilidades para a experimentação, uso da técnica jornalística, aprofundamento da abordagem e construção da narrativa.

A escrita de um livro-reportagem exige a imersão do jornalista no assunto. A busca por uma apuração mais profunda e precisa exige tempo e dedicação do profissional em uma dimensão raramente vista no jornalismo diário ou mesmo com em publicações com maior periodicidade. O resultado é uma reportagem de caráter altamente informativo, e que preza por formatos e ferramentas de escrita incomuns ao jornalismo tradicional: sem a urgência dos *deadlines*, o repórter tem espaço para abordagens mais criativas, formatos mais inusitados. Segundo Belo, alguns dos temas e tipos de textos mais comuns a esse formato são perfis, biografias, temas históricos, memórias e relatos de grandes acontecimentos, entre vários outros (BELO, 2013, p. 42). Um livro-reportagem pode beber das fontes do jornalismo policial, cultural, político, esportivo, investigativo e muitos outros, sendo tão versátil quanto a variedade de reportagens possíveis.

Há vários tipos de livro-reportagem, que utilizam diferentes técnicas para montar o quadro da realidade desejado. Há os livros que, assim como *A Sangue Frio*, de Truman Capote, imitam a ficção em formato similar a um romance, narrando um fato do início ao fim como se fosse literatura (ou, segundo a famosa definição do próprio Capote, “romance de não-ficção”). Outros preferem focar em personagens, como as coletâneas de perfis ou biografias. Há também os livros-reportagem que

abordam vários aspectos de uma realidade – esse é o modelo a ser empregado neste projeto.

Há uma diferença entre livro-reportagem e ficção-jornalística. O livro-reportagem é uma reportagem aprofundada, interpretada e contextualizada formatada no suporte livro, mas sem perder a sua característica essencialmente jornalística. Já a ficção-jornalística é o uso de fatos reais como base para a construção de um romance verossímil, mas com linguagem mais semelhante à ficção do que à reportagem. Esse segundo tipo de livro será desconsiderado nessa pesquisa.

1.2 Jornalismo literário: um gênero híbrido

Dois gêneros distintos se casam a fim de formar um novo estilo de escrita. O jornalismo literário – mais do que publicar a reportagem em um livro, uma vez que seus conteúdos podem ser publicados em outros formatos – estimula a leitura de reportagens por meio de uma linguagem mais literária e figurada, por vezes simulando a ficção. Não será o estilo de escrita predominante no projeto a ser aqui desenvolvido, mas muitos dos recursos típicos desse gênero servirão de base e inspiração para a escrita deste livro-reportagem.

Esses dois estilos, à primeira vista tão diferentes, historicamente são muito próximos. Folhetins (literatura popular publicada em fascículos) eram publicados junto com jornais, de forma a impulsionar as vendas, desde 1840 na França, chegando a ter popularidade no Brasil na segunda metade do século XIX. Escritores de peso, como Machado de Assis e José de Alencar, tiveram obras publicadas desta forma – ambos os autores foram também jornalistas (PENA, 2013).

Décadas passaram e os folhetins praticamente acabaram, mas a relação da literatura com o jornalismo não. A união desses estilos, conhecido como jornalismo literário, ainda é explorada por diversos escritores e jornalistas atualmente. Esse gênero híbrido deve ser pensado não como um texto de jornalismo longo ou um romance baseado na realidade: um livro-reportagem deve unir a apuração, veracidade e informação do jornalismo com a escrita fluida e envolvente da literatura. A mistura do melhor dos dois mundos deve ser feita com cautela.

Uma definição de jornalismo literário descreve de maneira eficiente a hibridização do gênero com a literatura. Para Rildo Cosson, citado por Felipe Pena

(PENA, 2013, p. 104): “Por um lado, [o jornalismo literário] não é jornalismo, uma vez que é romance; por outro, não é literatura, uma vez que é reportagem”. Essa definição (ou não-definição, já que o autor cita o que o jornalismo literário *não* é) pode ser alvo de críticas por desconsiderar que o jornalismo literário é jornalismo – o processo de apuração dos dados é tão jornalístico quanto o de uma notícia quente em uma redação de jornal. Ainda assim, é clara na citação as duas formas de escrita que entram não em conflito, mas em cooperação na elaboração desse tipo de texto.

É importante lembrar que, mesmo usando recursos normalmente empregados na ficção (como romantização dos fatos, estilo de escrita literário, descrição de cenários, diálogos, etc.), o livro-reportagem nunca pode ser ficção, sob pena de se descaracterizar como produto jornalístico. Na escrita de um livro-reportagem, deve-se manter sempre em mente que, ainda que a forma seja literária, o conteúdo não pode ser nada menos do que jornalístico. Explica Pena (PENA, 2013, p. 103):

Nesse tipo de narrativa, o autor não inventa nada. Ele se concentra nos fatos e na maneira literária de apresentá-los ao leitor. Trata-se do cruzamento da narrativa romanesca com a narrativa jornalística. O que significa manter o foco na realidade factual, apesar das estratégias ficcionais.

Por ter uma linguagem própria, o jornalismo literário apresenta elementos pouco comuns no jornalismo tradicional, e que poderão ser aproveitados no projeto a ser desenvolvido. São eles: a escrita mais refinada, com o uso de adjetivos, construção de imagens e diálogos mais fluidos (com a utilização de dois pontos e travessão ao invés das aspas) a fim de envolver o leitor; uso e interpretação de dados associados ao contexto a ser retratado (reportagens mais breves tendem a considerar o dado uma informação completa por si); e captação de longos depoimentos e entrevistas a serem utilizados não apenas como informação, mas como situações sociais que exigem contexto e interpretação.

1.3 Livro-reportagem *versus* Reportagem periódica

O livro-reportagem é um tipo diferente de jornalismo que se relaciona com vários estilos de escrita, tornando-se um texto muito diferente do publicado em veículos jornalísticos periódicos, tais como jornal impresso diário e revista. Mais do que uma plataforma que permite textos mais extensos, o formato livro proporciona um jornalismo diferente na técnica e no conteúdo. Elementos como linguagem,

formato, apresentação e apuração apresentam-se de forma única no estilo jornalístico conhecido como grande reportagem.

É importante notar que o jornalista que escreve livro-reportagem não ignora o que aprende nas redações diárias, e sim encontra maneiras de, driblando algumas rotinas e intensificando outras, contar uma história ouvindo mais lados, explorando mais ângulos e aprofundando a apuração.

Edvaldo Pereira Lima, autor de *O que é livro-reportagem* e um dos principais nomes do estudo dessa mídia no Brasil, fala sobre esse aspecto (LIMA, 1993, p. 17):

Para atingir seu objetivo de ampliar a leitura da realidade contemporânea, o livro-reportagem utiliza todos os recursos operativos próprios da prática jornalística, levando-os ao ponto máximo de suas possibilidades. Quando esses recursos são insuficientes, transcende os limites convencionais do jornalismo, indo beber noutras fontes o néctar indispensável para oferecer um serviço de alta qualidade.

Para Lima, essa plataforma se relaciona com o jornalismo diário de duas maneiras aparentemente antagônicas, mas complementares. Ao mesmo tempo em que serve como um veículo para ampliar o trabalho da imprensa cotidiana, dando a possibilidade de um aprofundamento, o livro-reportagem dá espaço e voz para temas desprezados pela mídia tradicional. De uma maneira ou de outra, o livro vem como uma solução para o problema da falta de espaço, interesse ou tempo dentro das redações. É uma alternativa para o jornalista que não se contenta com uma reportagem pequena e superficial, e também para o jornalista que acredita que há muito mais em uma história do que uma reportagem em meio periódico possa dar conta.

Lima ainda faz uma dura crítica ao jornalismo periódico por não permitir que a profundidade no tema aconteça nas reportagens mais curtas. O autor culpa um sistema determinista, em que a reportagem trata apenas da causa e efeito em um fato, e não no contexto histórico e social que permitiu que este acontecesse. Para o autor, a função do livro-reportagem é fugir dessas limitações (LIMA, 1993, p. 16):

Em síntese, é para isto que serve basicamente o livro-reportagem: para estender o papel do jornalismo contemporâneo, fazendo avançar as baterias de explicações para além do terreno onde estaciona a grande reportagem na imprensa convencional. (...) Tem pique suficiente, se trabalhado de forma adequada, para fazer nascer a vanguarda de um jornalismo realmente afinado com as tendências mais avançadas do conhecimento humano contemporâneo.

Em uma notícia publicada em um veículo periódico, o espaço destinado a um determinado assunto costuma ser limitado, bem como o tempo utilizado pelo jornalista para a elaboração e apuração da notícia. Com mais tempo, o autor de um

livro-reportagem tem a possibilidade de fazer mais entrevistas e pesquisas e investigar mais a fundo. Não é noticiado um fato isolado nessa plataforma, mas algo que seja constante na sociedade ou um evento (um período histórico, a vida de uma personalidade, um desastre) que tenha muitas facetas e desperte o interesse público.

As diferenças no conteúdo também se devem à falta de vontade da grande mídia em tratar de um assunto em profundidade, correndo riscos em relação ao desinteresse do leitor ou consumidor e mesmo a falta de apoio dos publicitários. O interesse comercial de grandes redes de comunicação é determinante na escolha do tipo, formato e tema das reportagens a serem publicadas. Segundo Felipe Rodrigues, em sua dissertação de mestrado *Livro-reportagem: uma abordagem sobre a cobertura da violência no Brasil*:

A mídia busca por atualizações cada vez mais momentâneas, notícias mais atraentes e um objetivo maior de superação da concorrência. O que se observa é um jornalismo que precisa priorizar os interesses comerciais para o cotidiano, panorama que dificulta a visão dos fatos sob os mais diversos prismas. Não há uma possibilidade de compreender os acontecimentos sociais com mais profundidade, pois a rotina industrial dos meios de comunicação impossibilita uma busca mais aprofundada dos repórteres na elaboração das produções jornalísticas. As reportagens passam a responder apenas as perguntas básicas às quais o receptor deve entender. (RODRIGUES, 2010, p. 10)

A reportagem em formato livro tem como grande vantagem a possibilidade de explorar um assunto além das informações básicas normalmente apresentadas em reportagens mais curtas. Essa plataforma ainda possibilita evitar vícios como a tendência ao maniqueísmo (dualismo entre o bem e o mal, sem meios-termos), sensacionalismo e o uso de expressões, textos e imagens apelativas (RODRIGUES, 2010, p. 12). Ainda segundo Rodrigues, “o livro-reportagem pode conter temas que abordem um universo maior de fatos, com condições de produção que propiciem um tratamento textual que sirva de elo entre leitor e mundo, além de contextualizar o tema”.

Não que o livro-reportagem vá conseguir retratar uma realidade de forma completamente objetiva, apresentando todos os lados de uma questão. Muitos autores de teorias da comunicação já estabeleceram que a objetividade completa é um mito, que nunca será alcançada de forma completa. Para David White, autor da teoria do *gatekeeper*, por exemplo, a própria escolha do que é noticiado ou não já é uma decisão parcial feita a partir de critérios próprios do jornalista ou do veículo para qual ele trabalha (TRAQUINA, 2005). O que o livro-reportagem traz é, assim como

uma reportagem normal para um veículo periódico, um recorte da realidade. Porém, com mais espaço e mais apuração é possível fazer um recorte maior.

Para Eduardo Belo (2013), esse tipo de plataforma, mais do que permitir apurações profundas, oferece para o jornalista uma espécie de “liberdade”: enquanto na maioria das redações de jornais é exigido um texto curto, burocrático e preso às velhas técnicas (a pirâmide invertida, o *lead*), em um livro é possível explorar todos os ângulos desejados de um fato, fenômeno ou situação. Sendo o trabalho de um autor (ou um grupo de autores) sem vínculo com um veículo jornalístico, a reportagem se dá de acordo com o desejo de enfoque e direcionamento de quem a escreve.

Outra diferença essencial entre uma reportagem no suporte livro e uma em um suporte periódico é justamente a atemporalidade do assunto. Por ser publicado diariamente, um jornal impresso, por exemplo, tem um texto mais imediato, com informações atualizadas e, por isso mesmo, descartável – na semana seguinte, a mesma notícia será considerada velha. Segundo Lima, “o jornalismo convencional só se preocupa com o agora, só está interessado no hoje – naquilo que é efêmero –, caminhando rapidamente para o passado” (LIMA, 1993, p. 18). Por isso, há um engano comum de que o jornalismo deve tratar, necessária e unicamente, de assuntos atuais. Isso não é verdade, já que muitos assuntos aperiódicos são de interesse público, ainda que sejam menos explorados pela mídia tradicional. A biografia de uma personalidade, por exemplo, será relevante mesmo após a sua morte. O tema de um livro-reportagem deve ser atemporal, caso contrário será desinteressante para o público e para as editoras. Logo, é necessário que o jornalista atente para a validade do assunto: se ele ainda puder ser considerado interessante um, cinco, dez anos após a publicação do livro, ele é relevante. Caso contrário, cabe uma reformulação de pauta.

A periodicidade também pode ser inimiga de um jornalismo aprofundado. Por ter uma rotina de produção de notícias recheada de prazos, um veículo periódico raramente pode destacar um profissional para a elaboração de uma pauta longa, que resultaria em uma reportagem de fôlego. Para Lima, a periodicidade resulta em duas pragas nocivas ao jornalismo: a construção de uma reportagem presa às perguntas clássicas (o que, quem, por que, como, quando e onde); e a legitimação de fontes como únicas e verdadeiras, sem a reflexão e discussão sobre o tema (LIMA, 1993).

Um elemento essencial para a construção de um bom livro-reportagem é a interpretação. Reportagens em veículos periódicos frequentemente dispensam o uso desse item, a fim de produzir reportagens mais rápidas, objetivas e ligadas apenas aos fatos ocorridos. Porém, em uma grande reportagem como a que é publicada no formato livro, a interpretação é essencial para a contextualização e dimensão dos fatos e análise de seu impacto. É necessário, entretanto, ter cuidado para não confundir análise, interpretação, com opinião. Diferencia Eduardo Belo:

Opinião é, em resumo, um juízo de valor. É o modo como uma pessoa – ou um veículo – enxerga e avalia as situações a sua volta. Já o jornalismo interpretativo ajuda a formar opinião sem opinar diretamente. Ele consiste em agregar informações, sobretudo históricas, aos acontecimentos recentes, estabelecer correlações entre os fatos, relatar precedentes e antecipar consequências. (...) Interpretar, portanto, é garantir que o leitor tenha dados suficientes, com o máximo de objetividade, para chegar a um resultado plausível com base no que acabou de ler. (BELO, 2013, p. 46)

Interpretação também não deve ser confundida com didatismo, segundo Belo. Contextualizar histórica e socialmente um acontecimento é uma coisa; explicar detalhes desnecessários, como o uso de vocábulos incomuns ou expressões pouco usuais, é subestimar a capacidade de leitura do público, além de comprometer a própria qualidade do texto. Para evitar esse fenômeno indesejado, é necessário que o jornalista tenha domínio do tema, para que consiga escrever sobre o assunto de forma segura e mantendo relações com outros temas. Isso se consegue através de uma apuração completa – utilizando inclusive métodos de apuração normalmente desprezados pela mídia tradicional, como a internet como fonte (a ser detalhado adiante).

Apesar de todas essas diferenças, tanto no formato quanto no conteúdo, a essência do jornalismo não se altera, independentemente do suporte. Fidelidade aos fatos, objetividade e precisão são desejáveis em qualquer reportagem, independente de seu suporte, tamanho ou tema.

1.4 Breve história do livro-reportagem no Brasil e no mundo

Não é possível traçar de forma precisa o início do uso do livro como suporte para o jornalismo. Para Eduardo Belo (2013), já havia livros com narrativas de não-ficção muito antes da consolidação do jornalismo e da reportagem. Mesmo assim, segundo o autor “(...) é possível estabelecer um ponto de partida aproximado: a

reportagem em livro começou a ganhar força como um subgênero da literatura na Europa do século XIX” (BELO, 2013, p. 19).

O pioneiro do gênero, considerado por alguns “pai do livro-reportagem”, é o americano John Reed. No início do século XX, o jornalista lançou títulos como *México insurgente*¹ (1914), *The war in Western Europe* (1916) e *Dez dias que abalaram o mundo* (1919), reportagens longas com toques de literatura que conquistaram grande público. Ainda que Reed não tenha sido, de forma alguma, o primeiro autor de um livro de não-ficção com conteúdo jornalístico, ele pode ter sido o mais relevante para a formação desse gênero .

Sobre o início do gênero livro-reportagem, Belo diz:

Numa época em que o preço e a oferta de papel ainda não preocupavam os jornais e praticamente não havia concorrência de outros meios – a não ser o incipiente rádio, àquela altura mais preocupado em transmitir programas de variedades -, a grande reportagem, ainda com algum molho ficcional, floresceu, sobretudo nos Estados Unidos. Na primeira metade do século, jornais e revistas destinavam áreas extensas de suas edições para contar o que lhes pareciam ser boas histórias. Uma parcela considerável delas foi parar nas páginas dos livros. (BELO, 2013, p. 22)

Depois dessas publicações iniciais, as reportagens longas começaram a ganhar espaço no mundo não só entre os profissionais do jornalismo, mas com o público leitor. *Hiroshima*, de John Hersey, é uma das narrativas mais famosas dessa época: publicado em 1946 na revista americana *The New Yorker* e relançado como livro, é considerada uma das maiores e mais importantes reportagens do mundo.

A partir da metade do século XX e com mais intensidade na década de 1960, ganhou importância um estilo de escrita jornalística que ainda hoje influencia quem se aventura nas reportagens aprofundadas: o *new journalism*. Essa corrente do jornalismo consistia em quebrar as correntes da pirâmide invertida, do texto enxuto e puramente informativo, e adicionar às notícias elementos da literatura: mais do que narrar fatos, o *new journalism* contava histórias. A questão da veracidade, objetividade e imparcialidade eram menos importantes, para esses jornalistas, do que a vontade de produzir um texto de qualidade, que envolva o leitor na narrativa. Um dos nomes mais marcantes desse movimento foi Truman Capote, que escreveu, entre outros, o livro *A Sangue Frio*, publicado em 1966. Diz Matinas Suzuki Jr., no posfácio da edição brasileira desse livro:

Os bons jornalistas literários se dizem menos interessados na exatidão das palavras de suas entrevistas – como faz o jornalismo rotineiro – do que em

¹ O livro *Insurgent Mexico* foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1959 sob o nome de *México rebelde*. As edições mais recentes foram traduzidas para *México insurgente*.

vislumbrar os sentidos mais profundos mascarados pelas palavras dos entrevistados. Eles pretendem traçar o perfil da “alma” de seus personagens. (SUSUKI Jr, 2013, p. 432)

Para Belo (2013), as condições para que o movimento do *new journalism* ganhasse força nos Estados Unidos começaram cerca de um século e meio antes: na década de 1830, já havia uma tendência nos jornais locais a exagerarem detalhes nas notícias a fim de romantiza-las, torna-las mais palatáveis para o público leitor. Essa tendência se acentuou ao correr das décadas, com o uso de artifícios textuais que tornavam as matérias mais sensacionalistas – logo, vendiam mais.

Felipe Pena (2013, p. 53), em *Jornalismo Literário*, também cita como principal motivo para o surgimento do *New Journalism* a insatisfação dos jornalistas com as imposições das redações, como o uso do *lead* e o modelo de pirâmide invertida.

Para vários autores, embora isso não seja uma unanimidade, o jornalismo literário nasceu no Brasil com *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, lançado em 1902. O relato sobre a guerra dos Canudos, que aconteceu no interior da Bahia no fim do século XIX, é considerado o pioneiro do gênero livro-reportagem no Brasil. Outro grande nome do jornalismo literário no Brasil surgiu no início do século XX: Paulo Barreto, mais conhecido pelo pseudônimo de João do Rio, usava a reportagem como suporte para a literatura, retratando a vida e o cotidiano na forma de crônicas-reportagens.

O jornalismo mesclado com literatura começou a se popularizar no Brasil nas décadas de 1920/30, com o surgimento da revista *O Cruzeiro*, conhecida por suas reportagens com estilo literário. Outras publicações se seguiram, como o *Jornal da Tarde*, em 1966, e *Opinião*, em 1972. A aproximação entre literatura e reportagem no Brasil se dá de forma marcante em toda a história da imprensa no país. Dentre os nomes mais conhecidos da ficção brasileira, muitos escreveram em jornais – seja por um breve período, seja por muitos anos. É o caso de Machado de Assis, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade e Lima Barreto, entre muitos outros (BELO, 2013, p. 32).

Segundo Eduardo Belo, o melhor período para publicação do livro-reportagem no Brasil foi a década de 1980, quando a situação econômica e política do país favoreceu o jornalismo aprofundado – com o fim do regime militar, jornalistas puderam escrever livremente sobre a ditadura em títulos como *O complô que elegeu Tancredo* (Ricardo Noblat, José Negreiros, Roberto Lopes e Gilberto Dimenstein),

em 1985. Dois fatores econômicos são descritos pelo autor como cruciais para “empurrar” os textos jornalísticos para os livros: as tentativas para a estabilização monetária e o encolhimento do espaço editorial de revistas e jornais (BELO, 2013, p. 33)

Bem ou mal, a economia brasileira se recuperou depois do Plano Real. Jornais e revistas, não. Endividados, com uma série de investimentos no próprio produto e em outras áreas fora de seus núcleos de negócios, e vendo parte da receita publicitária escapar em direção às novas mídias, os veículos impressos enfrentaram uma crise sem precedentes desde a década de 1990, especialmente nos dez anos de 1995 e 2004.

As “novas mídias” a que Belo atribui parte da culpa pela crise dos impressos referem-se principalmente à internet, que começou a se tornar um importante agente na comunicação e no jornalismo a partir dos anos 1990, ganhando força no novo milênio e sendo quase onipresente na sociedade contemporânea. Com o surgimento e aprimoramento da rede de informações online, textos curtos e imediatos ganham mais e mais espaço no jornalismo, que passa a valorizar o imediatismo em detrimento da profundidade nas reportagens. Para minimizar os efeitos da crise nos meios periódicos, era necessário produzir o maior número de notícias por dia – o que torna impensável empregar semanas ou meses em uma única reportagem de fôlego. Tudo isso gera um jornalismo pasteurizado, homogêneo: a mesma notícia é dada de forma muito semelhante por diversos veículos: internet, televisão, rádio e impressos.

Nesse cenário, alguns jornais optaram por seguir na contramão da tendência: ao invés de se empenharem em uma batalha perdida contra a quantidade monumental de informações, notícias e dados que multiplicam-se a cada minuto na grande rede, investiram na qualidade das (comparativamente) poucas reportagens selecionadas para a publicação. Esse fenômeno acontece em diversos lugares do mundo, porém, no Brasil, em escala bem reduzida – o brasileiro não tem o hábito de ler jornais, e as grandes empresas temem que os leitores se assustem com uma mudança de linha editorial. Mais um fator que incentiva os jornalistas que querem se aprofundar em um assunto específico a escrever um livro-reportagem. Os leitores também são prejudicados pela grande massa de informações disponíveis, e se beneficiam de textos que abordam um assunto (por vezes já conhecido superficialmente) de forma complexa. Cita Belo:

O livro vem fazer a tradução, interligar pedaços de fatos expostos de maneira fragmentada. Quando o assunto interessa ao leitor, ele vai atrás, lê, quer saber. Circunstâncias que fazem com que uma parcela dos leitores não se incomode em mergulhar numa massa de informações gigantesca,

movida pela vontade de conhecer mais sobre determinado assunto ou, simplesmente, pelo prazer de ter acesso a uma boa história. (BELO, 2013, p. 41)

O livro-reportagem não surge no cenário da mídia como um substituto para o jornalismo periódico ou virtual. Ele surge como um complemento da cobertura tradicional, destinado a quem se propõe a conhecer mais sobre um assunto – seja no papel de leitor ou no do jornalista.

1.5 *The new new journalism*: o jornalismo literário atual

Já sabemos como foi o jornalismo literário no passado. O presente é mais difícil de definir – a história se apresenta melhor com o olhar distante. Ainda assim, é possível delinear os caminhos que esse gênero parece seguir no início do século XXI: o *new new journalism* começa a ser estudado.

O principal idealizador do termo é Robert Boynton, que em 2005 compilou o livro *The new new journalism*, que reúne textos de treze autores, incluindo Gay Talese e Michael Lewis, sobre as novas tendências do jornalismo. Cita Boynton no website que mantém para divulgação do seu livro²:

Os novos novos jornalistas trazem um conjunto distinto de preocupações culturais e sociais em seus trabalhos. Nem novelistas frustrados, nem repórteres teimosos de jornais, eles tendem a ser escritores de revistas e livros que se beneficiam enormemente da legitimação que o legado de Wolfe [Tom Wolfe, principal nome do movimento *new journalism*] trouxe para a literatura não-ficcional, e do deslocamento simultâneo do romance como forma mais prestigiada da literatura.

Ainda segundo Boynton, um dos fatores que difere essa nova geração de jornalistas da dos anos 1960 é a maneira como se obtêm a notícia. Os “novos novos” gostam de buscar a reportagem se integrando a um tema, quase como o jornalismo gonzo – vertente popular nos anos 1970/80 em que o jornalista era a própria fonte da matéria, depois de passar algum tempo imerso em uma realidade.

Felipe Pena, também fala sobre esse novo estilo:

Ao contrário de seus predecessores, o grupo contemporâneo não se preocupou em idealizar um manifesto do gênero ou redigir uma carta de princípios. Na verdade, os integrantes se identificam muito mais pelas estratégias de apuração do que por uma linguagem específica, e não se mantêm como uma instituição de valores unificados. (PENA, 2013, p. 59).

² Tradução pela autora dessa pesquisa. O texto original é: “The New New Journalists bring a distinct set of cultural and social concerns to their work. Neither frustrated novelists nor wayward newspaper reporters, they tend to be magazine and book writers who have benefited enormously from both the legitimacy Wolf’s legacy has brought to literary nonfiction, and from the concurrent displacement of the novel as the most prestigious form of literary expression.”

Segundo Pena (2013), os grandes nomes desse novo movimento têm como diferencial a preocupação de retratar a sociedade não no excepcional ou extraordinário, mas no cotidiano ordinário, que muitas vezes passa despercebido. Também há uma tendência de denúncia: expor o que acontece de forma comum na sociedade, propor soluções, questionar valores. É um jornalismo ativista, mais preocupado com a questão social do que com a estética.

1.6 A internet como fonte para o jornalismo

A apuração para um livro-reportagem deve ser bem mais aprofundada do que para uma reportagem em meio periódico: isso já foi deixado claro. Para a apuração de informações para esse projeto, serão utilizados dois métodos principais, que podem ser complementados por outros se necessário. São estes o uso da internet como fonte; e a coleta de entrevistas.

A rede de computadores é uma inesgotável fonte de informações: reúne, ao alcance de um clique, bancos de dados, reportagens atuais e antigas, pesquisas, grupos de discussão, vídeos, textos e imagens de todo tipo. Tal acervo não deve – e nem pode – ser menosprezado ou ignorado pelos jornalistas ao escrever uma reportagem. Afinal, há dados no ciberespaço que não serão encontrados em qualquer outra plataforma, à disposição de quem por eles se interessar. A técnica para coleta dessas informações é o jornalismo de dados – o uso de fontes virtuais, disponíveis no ciberespaço, como fonte de informações a serem incluídas na reportagem.

Para Elias Machado (2003), doutor em Jornalismo e pesquisador de Comunicação pela Universidade Federal da Bahia, no artigo *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*, a internet é uma ferramenta válida para obter informações de forma complementar às obtidas por métodos tradicionais de apuração jornalística.

Machado (2003) ainda defende que a introdução de novas tecnologias para o uso no jornalismo não altera muito as normas básicas da reportagem: com o uso da internet como ferramenta de coleta de dados, fazer a apuração e interpretação das informações fica mais fácil e rápido, assim como o contato com as fontes, mas não altera a essência da profissão. Ainda assim, o autor conclui que as mudanças quantitativas do jornalismo, proporcionadas pela tecnologia, em grande escala geram mudanças qualitativas. Ou seja: ainda que o método para obter uma notícia

tenha se alterado, a essência da notícia e o objetivo dos jornalistas (informar, interpretar fatos e apresentá-los ao público) não se alteraram de forma drástica.

O autor também diagnostica dois tipos do uso da rede no jornalismo. O mais interessante no projeto a ser desenvolvido é o primeiro, em que é definido o uso de tecnologias como auxiliar no jornalismo no formato tradicional. Cita o autor:

No primeiro, as redes são concebidas como ferramenta auxiliar para a elaboração de conteúdos para os meios clássicos, ainda abastecidos com métodos clássicos de coleta de dados [...] o primeiro modelo representa a aplicação do conceito de jornalismo assistido por computador, que permite o uso dos conteúdos das redes nos meios convencionais sem alterações essenciais no conjunto das práticas de todos profissionais dentro das redações. (MACHADO, 2003, p. 3).

Machado (2003) ainda aponta que o uso de dados das redes é interessante, pois reúne várias informações em um único ambiente – o ciberespaço. Uma reportagem assistida por computador pode contar com fontes primárias (entrevistas, depoimentos) e ainda pode incluir pesquisa com o uso de fontes secundárias (artigos, relatórios, etc. disponíveis em bancos de dados). “A disseminação das redes digitais, como constata Bastos (2000: 82) estimula a elaboração de uma lógica estrutural distinta para o jornalismo com consequências para a pesquisa, produção e difusão de dados” (MACHADO, 2003, p. 4).

Apesar de ser uma ferramenta útil na apuração de dados, o repórter deve tomar cuidado extra ao usar esse tipo de informação como fonte para as reportagens. Isso porque o uso de informações tiradas da rede pode causar prejuízos à veracidade e fidedignidade dos fatos noticiados. Por não ser caracterizada como uma fonte oficial, as informações disponíveis na web devem ter sua veracidade questionada pelo repórter antes de ser inserida em um texto jornalístico, e apenas se forem julgadas verdadeiras, podem ser utilizadas. A estrutura descentralizada do ciberespaço ainda pode ser prejudicial aos jornalistas por reunir, em escala global, muitas fontes que nem sempre tem tradição especializada em notícias.

Outra mudança gerada pelo uso de novas tecnologias é a relação com as fontes. Se antes o jornalista atuava como um mediador entre as fontes e o público, com a internet as fontes (órgãos oficiais, personalidades e políticos, por exemplo) podem falar diretamente com o público, sem a interferência do jornalista. Isso não deve diminuir a importância do profissional da comunicação, entretanto. Ainda cabe ao repórter utilizar essas informações passadas pelas fontes e interpreta-las, contextualiza-las. Diz Machado:

A novidade do jornalismo digital reside no fato de que, quando fixa um entorno de arquitetura descentralizada, altera a relação de forças entre os diversos tipos de fontes porque concede a todos os usuários o status de fontes potenciais para os jornalistas. (MACHADO, 2003, p. 6).

Portanto, é possível utilizar a rede como meio para obter informações e fontes noticiosas a serem utilizadas em uma reportagem, desde que com certa cautela quanto à procedência das informações, sem abandonar o objetivo jornalístico de, mais do que reunir informações, interpreta-las e utiliza-las em um contexto temático relevante para o público.

1.7 Entrevista como forma de coleta de dados

Já foi citado que algumas das informações a serem empregadas na realização desse projeto serão recolhidas através de recursos virtuais – sites, reportagens, notícias, pesquisas, blogs e informações publicadas e divulgadas na internet. Porém, nenhuma reportagem fica completa sem o recolhimento de informações direto na fonte: as entrevistas são parte essencial do processo jornalístico. Não tanto pelo conteúdo das informações passadas (ainda que essas sejam importantes), que muitas vezes podem ser obtidas por outros meios, mas sim pelas opiniões e visões pessoais de um personagem envolvido no assunto. Ler estatísticas sobre a ocorrência de violência obstétrica é uma coisa; ouvir o depoimento pessoal de uma enfermeira que presenciou situações de agressão é outra completamente diferente – para usar como exemplo o livro a ser desenvolvido a partir dessa pesquisa.

Originária do modelo americano de produção de reportagem, a entrevista começou a ser colocada em prática no Brasil no início do século XX, com João do Rio. Antes, os jornais davam mais importância à opinião dos jornalistas do que a dos envolvidos em um acontecimento (BELO, 2013, p. 100).

Apesar de poder ser feita de várias maneiras na atualidade, com o auxílio de tecnologias que permitem a conversa sem que os interlocutores estejam necessariamente no mesmo local – podem ser utilizados telefone, e-mail, mensagens de texto, aplicativos de smartphones que possibilitam a troca de mensagens, fotos e vídeos, teleconferência, etc. – nada supera, em qualidade e quantidade das informações, uma conversa realizada pessoalmente. Sem o intermédio de um aparelho, o entrevistado responde com mais naturalidade, tendo

menos tempo para pensar, e editar, sua resposta. Ao receber uma pergunta feita pessoalmente, o entrevistado a responde automaticamente; se a mesma pergunta for feita por e-mail, por exemplo, o próprio ato de colocar na tela a resposta, relê-la e enviá-la filtra e altera a resposta final.

Outra vantagem indiscutível da entrevista feita pessoalmente é toda a informação extratextual que se agrega à fala. Dados como linguagem corporal, apresentação, personalidade e aparência do entrevistado e local da conversa podem ser incluídos na reportagem, sobretudo se esta for publicada em suporte livro – contando assim com mais espaço para esse tipo de informação. Assim, o livro-reportagem sobre violência obstétrica terá informações relevantes e contextualizadas a serem apuradas e interpretadas de acordo com o que já foi discutido sobre esse suporte e as maneiras de apuração relativas a ele.

Após estas reflexões sobre o suporte e gênero deste trabalho, o livro reportagem, assim como parte de seu estilo, a reportagem literária, o capítulo 2 se detém sobre a temática principal da reportagem: a violência obstétrica.

2. DISCUSSÃO SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

2.1 Violência obstétrica: o que é e o que representa na sociedade

O nascimento de um filho é um momento marcante na vida da mãe e da família como um todo. Independente das circunstâncias em que a gravidez ocorreu, espera-se que o parto aconteça de forma tranquila e sem grandes transtornos – afinal, o parto, seja natural ou cirúrgico, é um procedimento médico que interfere muito no corpo e na vida da mãe.

Um número assustador de mulheres, entretanto, não tem o privilégio de passar por um parto tranquilo. Praticada por médicos, enfermeiras e anestesistas, entre outros profissionais da saúde, a violência obstétrica é uma realidade comum nas salas de parto e que pode deixar cicatrizes – físicas e emocionais – eternas. A violência no parto atinge mulheres de todo o país, sem distinção de classe social, cor, escolaridade ou tipo de serviço de saúde procurado. Esse tipo de agressão não deve ser visto como uma exceção ou um caso isolado, mas sim uma situação endêmica que demonstra de maneira clara que o sistema de saúde no Brasil, seja público ou privado, não está preparado para tratar o parto como um procedimento natural, ou as parturientes como pessoas autônomas com direitos sobre o próprio corpo.

O projeto de Lei nº 7633/14, do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), define violência obstétrica no artigo 13:

Caracteriza-se a violência obstétrica como a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos(as) profissionais de saúde, através do tratamento desumanizado, abuso da medicalização e patologização dos processos naturais, que cause a perda da autonomia e capacidade das mulheres de decidir livremente sobre seus corpos e sua sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres.

Com base nessa e em outras explicações, define-se a violência obstétrica como qualquer tipo de violência física, verbal, emocional ou psicológica na gestação, trabalho de parto, parto e puerpério (período entre o parto e o momento em que o corpo da mulher volta ao estado pré-gestação). Sua origem encontra-se na Idade Média, quando as mulheres, vistas como impuras, eram forçadas a passar por um parto sem qualquer alívio para a dor – segundo a Igreja Católica, a dor do parto expurgava o pecado original (DINIZ, 2005, p. 628). As agressões no parto não têm mais esse objetivo, mas ainda existem e podem ser muito traumáticas.

Essa violência se manifesta das mais diversas formas. A lista a seguir relaciona alguns dos tipos mais comuns de violência, com base no panfleto organizado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, *Violência obstétrica: você sabe o que é?* (2013) e no relatório *Violência no parto em Minas Gerais*, (2012) elaborado por Eliana Cunha.

Considera-se violência obstétrica:

Antes do parto

- Desrespeitar, ofender, humilhar ou constranger a gestante em qualquer momento do pré-natal, parto ou puerpério por sua cor, raça, etnia, religião, idade, condição socioeconômica, orientação sexual, escolaridade, estado civil ou qualquer outro motivo;
- Negligenciar, recusar ou impor dificuldades para atendimento pré-natal de qualidade;
- Agendar uma cesariana sem o consentimento esclarecido da gestante, sem um motivo científico comprovado ou por conveniência à equipe médica, bem como usar falsos pretextos e inverdades para induzir a escolha da gestante por cesariana.

Durante o parto

- Recusar admissão no hospital ou maternidade de mulheres em trabalho de parto;
- Impedir a entrada de um acompanhante de confiança da parturiente durante o parto, seja ele normal ou cesárea;
- Utilizar de qualquer procedimento médico sem o consentimento esclarecido da mulher – ela deve saber exatamente a função, os riscos e consequências de tudo o que for feito com seu corpo (inclui-se aplicação de medicamentos via intravenosa, uso de hormônios para acelerar o parto, exames de toque, uso de instrumentos, entre outros);
- Usar qualquer tipo de procedimento desnecessário e que cause dor ou desconforto à parturiente, como exames de toques sucessivos por diferentes pessoas, privação de alimentos e de água, imobilização de braços e pernas, tricotomia (raspagem dos pelos), lavagem intestinal, entre outros;

- Realizar a episiotomia (corte entre a vagina e o ânus, altamente desencorajada pela Organização Mundial da Saúde por sua inutilidade e difícil cicatrização);
- Dizer qualquer coisa que inferiorize, denigra, ofenda ou humilhe a parturiente, assim como provocar medo, insegurança, vulnerabilidade, alienação ou ferir a dignidade e a integridade da mulher de qualquer forma;
- Desrespeitar o direito da mulher à privacidade, permitindo a entrada de pessoas não autorizadas na sala de parto, deixando a mulher exposta (manter a porta da sala aberta, por exemplo) ou revelando informações confidenciais para terceiros;
- Negar alívio da dor por meio de anestésicos se a parturiente assim solicitar;
- Impedir que a mulher se movimente no trabalho de parto, exigindo que ela fique em decúbito dorsal (deitada de barriga para cima na mesa ginecológica) e não permitir que ela encontre a posição em que ela se sinta mais confortável;
- Utilizar a Manobra de Kristeller – procedimento proibido em vários países e desencorajado pela OMS – que consiste em aplicar pressão no fundo do útero a fim de acelerar o nascimento.

Após o parto

- Afastar o bebê saudável da mãe após o parto, sem nenhuma justificativa, bem como impedir o alojamento do bebê junto com a mãe sem necessidade médica;
- Impedir a amamentação na primeira hora de vida do recém-nascido.

Qualquer uma dessas ações pode causar danos profundos na mulher e no bebê, sejam físicos ou psicológicos. Como explicita o documento *Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde (2014)*, divulgado pela OMS: “Os abusos, os maus-tratos, a negligência e o desrespeito durante o parto equivalem a uma violação dos direitos humanos fundamentais das mulheres, como descrevem as normas e princípios de direitos humanos adotados internacionalmente” (OMS, 2014, p. 2).

2.2 Exposição geral da violência obstétrica no Brasil

A tentativa mais válida de mapeamento da violência obstétrica no país é a pesquisa de opinião pública *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc em agosto de 2010. Os resultados envolvem, entre outras áreas, o parto e a violência que ocorre durante ele.

Dentre as mulheres entrevistadas que já tiveram filhos, 68% fez o parto em rede pública, 16% na rede privada, 8% em ambas e 9% em nenhuma, realizando o parto em casa ou em outro local. Afirmam ter sofrido violência: 27% das mulheres que passaram pelo parto na rede pública; 17% das que usaram a rede privada; e 31% das que passaram por ambas.

À pergunta “você já sofreu algum desrespeito ou maltrato ao procurar assistência em maternidades ou no atendimento pré-natal?”, 85% das entrevistadas responderam que não sofreram. Porém, ao serem questionadas sobre tipos específicos de violência obstétrica, 25% das mulheres que fizeram o parto nas redes pública ou privada acabam respondendo afirmativamente às violências listadas. Ou seja: uma a cada quatro mulheres que tem filhos em hospitais sofre algum tipo de violência no parto.

A tabela a seguir relaciona alguns tipos de violência obstétrica com a porcentagem de mulheres que afirmam ter acontecido durante seu parto:

Tabela 1: relação quantitativa de diferentes tipos de violência no parto

Tipo de violência	Quantidade de mulheres que afirmam ter sofrido
Fazer exame de toque de forma dolorosa	10%
Negar/deixar de oferecer alívio para a dor	10%
Gritar com a parturiente	9%
Não informar sobre o procedimento sendo realizado	9%
Negar atendimento	8%
Xingar/humilhar	7%
Empurrar	1%
Amarrar na maca durante o parto	1%
Bater (violência física)	1%
Assédio sexual	1%

Fonte: *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, 2010, p. 173

A pesquisa *Teste da violência obstétrica (2012)(ano)*, promovida através de blogs e sites sobre maternidade, chegou a um número maior de mulheres que

entendem como violência o que aconteceu em seus partos: apenas 45% das entrevistadas afirmaram se sentir seguras e acolhidas durante todo o processo (contra 75% da pesquisa da Fundação Perseu Abramo).

A tabela a seguir relaciona alguns procedimentos médicos que podem caracterizar violência obstétrica e a porcentagem das mulheres que afirmam terem sido submetidas a eles, segundo o *Teste de violência obstétrica*.

Tabela 2: relação quantitativa de diferentes tipos de violência no parto

Procedimento	Quantidade de mulheres que afirmam ter sofrido
Episiotomia	24%
Uso de ocitocina sintética	23%
Indicação para ficar o tempo todo deitada	21%
Manobra de Kristeller	19%
Repetidos exames de toques com pessoas diferentes	18%
Rompimento artificial da bolsa	17%
Enema	8%
Curetagem uterina sem anestesia	1%
Outros	13%
“Fui consultada e/ou informada sobre todos os procedimentos realizados”	45%

Fonte: *Teste da violência obstétrica*, 2012, p. 25

A diferença entre os dados nessas pesquisas pode ser explicado pelo fato de que aquela realizada pela Fundação Perseu Abramo dispunha de metodologia científica para coletar dados e fornecer estatísticas, além de um grupo amplo e heterogêneo de mulheres entrevistadas por todo o Brasil. Já o *Teste da violência obstétrica* teve suas informações coletadas por um questionário divulgado em blogs e sites sobre maternidade, o que filtrou o grupo de entrevistadas³. Além disso, o *Teste* não conta com rigor científico e metodológico na sua elaboração. A percepção sobre a violência também muda entre os dois grupos entrevistados: as mulheres que participaram da segunda pesquisa, por frequentarem sites especializados em maternidade e parto, tem mais conhecimento sobre violência obstétrica, sendo então mais aptas a identificar esse tipo de agressão do que uma mulher que desconhece o assunto.

Ainda assim, suas informações são relevantes por apresentarem dados inexistentes na primeira pesquisa, como o uso de procedimentos como curetagem sem anestesia, episiotomia e manobra de Kristeller (esses dois últimos a serem detalhados adiante).

³ 74 sites e blogs realizaram a pesquisa do *Teste da violência obstétrica*, organizada por blogueiras dos sites *Cientista que virou mãe*, *Mamíferas* e *Parto no Brasil*.

Ao observar o problema pelo ângulo sociocultural, a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo apresenta dados que levam à conclusão de que a violência obstétrica é uma situação generalizada, que não atinge com intensidade significativamente maior uma ou outra faixa da sociedade. Ao cruzar as respostas das mulheres em relação às violências sofridas com dados da escolaridade, chega-se aos seguintes dados: 20% das mulheres que cursaram até a 4ª série sofreram violência; 29% das que cursaram até entre a 5ª e 8ª série; 25% das que concluíram o ensino médio; e 28% das que cursaram ensino superior.

Em relação à cor autodeclarada, também não há evidências de que a violência obstétrica seja relacionada ao racismo, por atingir de forma semelhante mulheres brancas, pardas e negras (a pesquisa declara ter base insuficiente para análise de mulheres que se declaram amarelas, indígenas ou outras). 24% das mulheres brancas sofreram algum maltrato; 14% das pretas; e 29% das pardas.

Ainda relacionando a ocorrência de violência com o perfil das entrevistadas, a pesquisa revela que a distribuição dos casos relatados entre as macrorregiões do Brasil é bem homogênea. Considere os dados a seguir, em que o número representa a porcentagem de mulheres da região que relataram violência: 22% (norte e centro-oeste); 27% (nordeste); 26% (sul); 25% (sudeste).

No mesmo formato, nos dados a seguir o número representa a porcentagem de mulheres que sofreram violência no parto por tipo de cidade em que vive: 30% (capitais); 28% (regiões metropolitanas); 16% (interior – pequeno porte); 23% (interior – médio porte); 29% (interior – grande porte).

Com base nesses dados, é possível perceber que há pouca diferença na ocorrência de violência no parto em relação ao perfil socioeconômico, de raça e local. A violência obstétrica é democrática: afeta com intensidade parecida mulheres em diferentes situações. Se considerarmos a informação oferecida no início da pesquisa da Fundação Perseu Abramo, de que a margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, percebe-se que quase não há diferença entre os diversos perfis de entrevistadas. Os dados que mais se destacam é a pouca ocorrência de violência obstétrica contra mulheres negras, com escolaridade até a quarta série ou residentes em cidades interioranas de pequeno porte. Porém, não são levantadas hipóteses sobre o motivo.

2.3 Direito de escolha: parto normal ou cesárea

Segundo a pesquisa *Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre parto e nascimento*, coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz em parceria com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, publicada em 2014, a OMS indica que há necessidade de parto cirúrgico em apenas 15% dos casos. Diz a pesquisa⁴:

Já está bem estabelecido na literatura científica que a cesariana aumenta o risco de morbidade respiratória leve e grave, que aumenta à medida que diminui a idade gestacional, aumenta também o risco de internação, ida de UTI e óbito. Para a mulher a cesariana também é um fator de risco bem estabelecido para ocorrência de hemorragia, infecção e óbito materno e nas gestações subsequentes para o desenvolvimento de uma placentação anormal e ocorrência de óbito fetal.

Ainda assim, a realidade nas salas de parto do Brasil é bem diferente. Dados da mesma pesquisa revelam que 52% de todos os nascimentos em hospitais brasileiros são cesáreas (dentro da rede privada de saúde, esse número sobe para 88%).

A tabela a seguir mostra a porcentagem de mulheres que deseja fazer cesariana no decorrer da gestação, em oposição a quantas efetivamente fazem o parto dessa forma. Os dados são da pesquisa coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz e se referem à primíparas (mulheres no primeiro parto):

Tabela 3: preferência por cesariana no início e final da gravidez em comparação com o tipo de parto realizado

	Sistema Público	Sistema Privado
Preferência inicial por cesariana	15,4%	36,1%
Decisão no final da gestação por cesariana	15%	67,6%
Realização de cesariana	44,8%	89,9%

Fonte: *Nascer no Brasil*, 2014, p. 11

É visível a diferença entre a decisão das mulheres sobre o próprio parto e o que acontece efetivamente. Uma das hipóteses para explicar esse fenômeno é que as mulheres são desencorajadas pela equipe médica a realizar um parto normal por inúmeros motivos. O relatório *Violência no parto em Minas Gerais (2012)*, citado anteriormente, lista uma série de pretextos usados pelos médicos obstetras como justificativa para a realização da cesárea – motivos esses que, segundo o mesmo relatório, não caracterizam a necessidade para um parto cirúrgico. Dentre esses

⁴ Excerto retirado da apresentação de slides distribuída pela coordenação da pesquisa *Nascer no Brasil* à imprensa

pretextos, destacam-se: trabalho de parto prolongado; pós-datismo; bacia da mãe muito estreita; bebê muito grande; pouco ou muito líquido amniótico; placenta envelhecida; gestante muito nova ou muito velha; pressão alta, circular do cordão, entre outros. Cita o relatório:

Tais práticas [cesariana sem indicação] submetem a mulher e o recém-nascido à dor e ao sofrimento físico e emocional desnecessários e evitáveis, configurando violação dos Direitos Humanos. [...] A mulher que é submetida a uma cesariana sem indicações clínicas precisas está sendo exposta a três vezes mais riscos de contrair infecção, ter hemorragia, problemas decorrentes da analgesia, dificuldades na amamentação, dentre outros, e seu bebê a riscos decorrentes da prematuridade iatrogênica, tais como baixo peso, problemas respiratórios, icterícia grave. (CUNHA, 2012, p. 12)

O artigo *Birth in Brazil: national survey into labour and birth* (2012), de Maria do Carmo Leal, foi produzido pela mesma equipe da pesquisa supracitada *Nascer no Brasil*, e cita algumas das possíveis consequências de uma cesárea no corpo da mulher⁵:

Os riscos para a mulher associados à cesarianas estão se tornando cada vez mais evidentes. (...) Outro estudo também mostrou maior frequência de morte materna, hospitalização na unidade de tratamento intensivo (UTI), transfusão de sangue, histerectomia, tratamento com antibióticos e permanência prolongada no hospital por mulheres que foram submetidas a uma cesariana (LEAL, 2012)

Além das possíveis complicações que um parto cirúrgico pode acarretar, outra consequência negativa dessa cultura da cesárea passa muitas vezes despercebida. Em um parto vaginal sem complicações, a mulher passa 24 horas no hospital; em um parto cirúrgico sem complicações, a estadia chega a 72 horas. Isso significa menos leitos disponíveis nas maternidades, acarretando em um processo chamado de peregrinação obstétrica: a mulher em trabalho de parto é forçada a procurar vaga em diversos hospitais e maternidades antes de ser atendida (DINIZ e CHACHAM, 2006).

Assim, ainda que no Brasil tenha se estabelecido uma cultura que favorece a escolha ou coação da mulher pelo parto cirúrgico, é certo que o parto natural é mais indicado inclusive por instituições de saúde como a OMS. Logo, privar a mulher dessas informações, submetendo-a a uma intervenção cirúrgica desnecessária e sem o conhecimento total do que esse procedimento implica, caracteriza uma das formas mais comuns de violência obstétrica.

⁵ Tradução pela autora dessa pesquisa. O texto original é: "Risks to women, associated to Caesarean births, are becoming increasingly evident. (...) Another prospective study also showed higher frequencies of maternal mortality, hospitalization in intensive care unit (ICU), blood transfusion, hysterectomy, antibiotic therapy and longer hospital stay for women who underwent elective Caesarean section".

2.4 Violência verbal durante o parto

Pressupõe-se que qualquer pessoa deve ser tratada com respeito e dignidade, principalmente em situação de vulnerabilidade – como uma mãe no momento do parto. Infelizmente, não é sempre que isso acontece. A violência verbal pode não deixar cicatrizes ou causar risco de morte em uma parturiente, mas é suficiente para abalá-la psicologicamente e tornar o momento do nascimento em um momento de humilhação e descaso.

Violência verbal é qualquer frase dita pela equipe médica à parturiente que possa ser rude, grosseira, humilhante ou fira de alguma forma a dignidade e integridade da mulher. Muitas vezes, está associada a preconceitos raciais, socioeconômicos ou de outra natureza. O relatório *Violência no parto em Minas Gerais* ainda relaciona esse tipo de maltrato com o processo biológico do parto:

O parto é um evento fisiológico, e para acontecer é necessário que a mulher esteja em um ambiente tranquilo, acolhedor, com uma equipe que a respeite. A prática de violência verbal é corriqueira nos serviços de saúde no Brasil e atrapalha o processo fisiológico do parto, pois eleva os níveis de adrenalina, que bloqueiam a liberação da ocitocina natural, o hormônio responsável pelas contrações uterinas (CUNHA, 2012, p. 15).

Na pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* detecta-se que 23% das mulheres que passaram por um parto ouviram algum despropósito durante o procedimento. As quatro frases mais ditas pela equipe médica e a respectiva proporção de mulheres que afirmam as terem ouvido são: “Não chora não que ano que vem você está aqui de novo” (15%); “Na hora de fazer não chorou/não chamou a mamãe, porque está chorando agora?” (14%); “Se gritar eu paro agora o que estou fazendo, não vou te atender” (6%); e “Se ficar gritando vai fazer mal para o seu neném, seu neném vai nascer surdo (5%).

Ainda segundo a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, mulheres que fazem o parto na rede pública ouvem mais despropósitos do que as que fazem na rede particular (27% das que realizaram o procedimento no SUS sofreram violência verbal, contra 10% das que usaram serviço privado).

2.5 Intervenções médicas e o consentimento esclarecido

Por acontecer na maioria das vezes ambiente hospitalar e afetar diretamente a saúde da mulher e de seu filho, durante o parto pode ser realizado algum tipo de

intervenção médica a fim de facilitar o nascimento, evitar danos ou mesmo salvar a vida da parturiente ou do bebê. As intervenções em si não caracterizam violência obstétrica se forem feitas a partir de uma necessidade real a fim de garantir o bem-estar e segurança dos envolvidos. Afinal, é a partir de procedimentos médicos que muitas das complicações no parto, que podem causar morte ou dano para a mãe e para o bebê, são evitadas. Além de diminuir a mortalidade materna e infantil, muitas das intervenções contribuem para uma recuperação melhor da mãe e um nascimento saudável para seu filho.

Porém, há uma série de procedimentos realizados em partos que não necessariamente são benéficos para a mãe e o bebê – tanto pela própria natureza do procedimento quanto pela falta de informação da parturiente a respeito dele. Na teoria, o ideal seria incentivar o parto natural com intervenção mínima (apenas o necessário para garantir a segurança e saúde da parturiente e seu filho). Na prática, porém, as intervenções cirúrgicas, o uso de drogas e a realização de procedimentos desnecessários são não só comuns, mas incentivados pelos hospitais e mesmo pelas escolas de medicina. Expõem S. G. Diniz e A. S. Chacham no artigo *O “corte por cima” e o “corte por baixo”: o abuso de cesáreas e episiotomias em São Paulo*:

Na maioria das escolas de medicina do Brasil, os profissionais de saúde ainda aprendem o modelo intervencionista. Habilidades cirúrgicas e sofisticados exames patológicos são bastante valorizados, enquanto cuidados focados na mulher para um parto normal e a comunicação e interação com a parturiente recebem comparativamente pouca atenção (DINIZ e CHACHAM, 2006, S/P)

Para iniciar a discussão acerca da relação entre os procedimentos médicos e a violência obstétrica, é necessário explicitar o que é “consentimento esclarecido”. Para o campo médico, o termo, criado em 1957 nos Estados Unidos, é a confirmação de que o paciente (no caso a parturiente) foi bem informado sobre os procedimentos que estão sendo realizados, compreende sua necessidade, conhece os possíveis efeitos ou sequelas e autoriza sua realização. Qualquer pessoa autônoma tem o direito de consentir ou recusar qualquer procedimento que possa afetar sua integridade física ou psicológica, tendo sido informada sobre todos os aspectos dessa intervenção (MUÑOZ, 1998).

Na maior parte das vezes, é redigido um termo de consentimento esclarecido, assinado pelo médico e pelo paciente, confirmando que o último está ciente e concorda com tudo o que será feito com seu corpo. No caso de situações emergenciais, esse consentimento pode ser dado verbalmente – e é o que deveria

acontecer durante o parto. Porém, não são raros os casos em que a parturiente é submetida a algum procedimento que não lhe foi devidamente informado e consentido.

Algumas intervenções realizadas durante o parto são especialmente problemáticas por não serem recomendadas sob nenhuma circunstância, ou sob circunstâncias muito específicas que não se aplicam à maioria das mulheres. Dentre essas, destacam-se a episiotomia e a manobra de Kristeller.

A episiotomia é a incisão cirúrgica feita no períneo (região entre a vagina e o ânus), a fim de aumentar a passagem vaginal no parto normal. É feita rotineiramente nas maternidades e salas de parto, apesar de ser considerada desaconselhável pela OMS, que garante a inutilidade do procedimento. A intenção seria evitar lacerações que podem acontecer durante o parto normal – sendo que essas lacerações ocorrem naturalmente em apenas 60% dos partos. Mulheres submetidas a esse procedimento correm o risco de sofrer dores, hematomas, edema (acúmulo de líquidos nos tecidos do organismo), infecção, rigidez do períneo e dispareunia (dor na relação sexual). (CUNHA, 2012).

A manobra de Kristeller é ainda mais violenta e problemática. Proibida em vários países, ela consiste em fazer pressão sobre a barriga da mulher, empurrando o fundo do útero, a fim de acelerar o trabalho de parto. Os riscos para a prática dessa manobra são graves: trauma perineal ou nos esfíncteres anais, ruptura uterina, danos e paralisia nos nervos e mesmo dano cerebral para o bebê, além de estar associada à morte materna ou fetal (CUNHA, 2012, p. 17).

Outros procedimentos, como o uso de ocitocina sintética (um tipo de hormônio) para acelerar as contrações, a amniotomia (ruptura da bolsa com o uso de instrumentos) e enema (lavagem intestinal), não são necessários na maior parte das vezes. A recomendação da OMS é que essas práticas não sejam eliminadas, mas reduzidas apenas às situações em que são realmente necessárias para a saúde da mãe e do feto.

É importante notar que, muitas vezes, os médicos e enfermeiros não têm a consciência de que estão praticando atos que caracterizam violência obstétrica. Isso levanta a hipótese de que esse tipo de agressão está naturalizado, praticado sem questionamentos e ensinado nas escolas de medicina como procedimento de rotina.

2.6 Violência obstétrica na mídia e na internet

Poucos casos de violência obstétrica obtêm espaço na mídia tradicional. Normalmente, as reportagens e notícias que chegam aos jornais, revistas, programas televisivos e radiofônicos são superficiais, não tratando o assunto como um problema generalizado no sistema de saúde brasileiro, e sim como um ou outro caso pontual.

Com as primeiras leis sobre o assunto sendo discutidas (ver mais no subcapítulo a seguir), a violência obstétrica entrou parcialmente na agenda pública. Houve um aumento no número de reportagens realizadas, mas, excetuando-se aquelas publicadas em meios alternativos (normalmente com inclinação ideológica à esquerda), as matérias que saíram sobre o assunto não obtiveram destaque. Alguns veículos chegaram a divulgar uma lista de práticas consideradas violência obstétrica semelhante à incluída no início desse capítulo, como a matéria “Câmara aprova ação contra violência obstétrica em Curitiba”, publicada no blog *Caixa Zero*, do portal *Gazeta do Povo*, em 18/11/2014. Porém, a discussão levantada pelo artigo é rasa, com mera apresentação dos fatos – sem contextualização ou debate sobre as práticas. A matéria noticia a lei que foi aprovada em Curitiba sobre o assunto, usa dois parágrafos de cinco linhas cada para explicar alguns tipos de violência e lista então uma série de práticas consideradas violência (semelhante à lista no início desse trabalho), citando apenas o ato e não os motivos ou consequências. Sobre a imposição das cesáreas pelos médicos, por exemplo, a matéria cita (GALINDO, 2014):

A violência obstétrica é um tema que ganhou visibilidade nos últimos meses, principalmente depois que algumas mulheres denunciaram ter sido forçadas a fazer parto cirúrgico quando gostariam de tentar parto normal. A regra diz que não se pode “fazer a gestante ou parturiente acreditar que precisa de uma cesariana quando esta não se faz necessária.[...]”

Um dos casos que mais obteve repercussão foi o de Adelir Lemos de Goes, em Torres (RS), no dia 1º de abril de 2014. Adelir, uma mulher cigana de 29 anos, grávida de 42 semanas, foi ao hospital após sentir dores abdominais. Depois de examiná-la, a médica Andreia Castro constatou que o bebê estava em posição sentada no útero, e indicou uma cesariana de emergência. Adelir não concordou com o diagnóstico, assinou um termo de responsabilidade e voltou para casa, onde pretendia fazer o parto natural com o auxílio de uma doula. A médica procurou o Ministério Público, que acionou a Justiça. À 1:30 da madrugada, policiais militares

foram à casa de Adelir e a levaram à força para o hospital, onde ela foi submetida a uma cesariana. Segundo a reportagem *Justiça do RS manda grávida fazer cesariana contra sua vontade*, da versão online do jornal *Folha de S. Paulo*, a família e a doula contratada para acompanhar o parto acreditavam que não havia necessidade de uma cirurgia (BALOGH, 2014):

"No momento em que ela foi examinada, falaram também que o bebê estava pélvico (sentado). Fizeram um ultrassom, mas não mostraram que o bebê estava realmente sentado", disse a doula. O pai da criança, o técnico de manutenção Emerson Guimarães, 41, diz que nenhum exame mostrou o bebê virado. "Acho que inventaram só para obrigá-la a ter a cesárea", diz Guimarães.

O caso Adelir obteve espaço nos principais jornais do país, como *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Os protestos subsequentes ao parto forçado, que ocorreram em todo o país, foram menos noticiados, aparecendo em portais online de notícias em textos curtos ou sem fotos. Algumas das notícias, como a "Após caso de cesárea forçada, ato reúne mulheres em 22 cidades", do portal online do jornal *O Globo* (publicada em 08/04/2014), fazem uma breve análise da questão do excesso de cesáreas no país, mas de forma superficial.

Alguns outros casos de violência obstétrica são noticiados, mas, tirando o caso Adelir, nenhum teve repercussão suficiente para ser assunto de uma reportagem mais longa ou gerar "suítes" – jargão jornalístico que se refere a uma reportagem que gera sequências.

Se a mídia tradicional dá pouco espaço para a violência obstétrica, meios alternativos de comunicação costumam dar bastante destaque ao assunto. Os principais veículos a divulgarem tanto histórias de violência obstétrica como meios de combatê-la são blogs e sites, principalmente os que abordam assuntos feministas.

Blogs como *Escreva Lola Escreva*, *Lugar de Mulher* e *Think Olga*, referências no movimento feminista no Brasil, frequentemente abordam esse tema. Os textos postados são mais explicativos do que as notícias da mídia tradicional, mas não são jornalísticos – não tendo, portanto, preocupação com a verificação e apuração dos fatos ou com a objetividade e imparcialidade. O site *Pragmatismo Político* tem em seu acervo várias reportagens jornalísticas sobre o assunto, mas, é um veículo novo e voltado para um público específico (de ideologia política voltada para a esquerda), logo tem um alcance limitado.

Para efeitos de comparação, a página na rede social Facebook do jornal *Folha de S. Paulo* conta com 4,8 milhões de curtidas, ou seja, esse número de pessoas com acesso à internet e conta na rede demonstra interesse no conteúdo na página. A página do site *Pragmatismo Político*, na mesma rede social, conta com 673 mil curtidas. A página do blog *Lugar de Mulher*, apenas 53 mil (dados de maio de 2015). Com base nesses números, fica nítido que os veículos que noticiam ou expõe assuntos como violência obstétrica tem uma base razoável de leitores, mas ainda estão muito aquém do alcance da grande mídia.

2.7 Legislação sobre violência obstétrica

Para lutar contra a violência no parto, alguns projetos de lei foram apresentados e aprovados nos últimos anos no Brasil, visando tipificar as práticas danosas e definir punições para os agressores. A primeira lei a ser aprovada sobre o assunto no país foi a nº 077/2013, na cidade de Diadema (região metropolitana de São Paulo), proposta pelo vereador João Gomes (PRB). Essa lei foi votada e aprovada em setembro de 2013, e desde então alguns projetos vêm sendo propostos em várias regiões do Brasil.

Em âmbito nacional, o projeto mais proeminente no assunto é o projeto de lei nº 7633/14, do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que relaciona diversas práticas consideradas violência obstétrica e distribui entre os órgãos públicos a responsabilidade de receber e apurar denúncias. Segundo esse projeto, os casos de violência obstétrica devem ser relatados aos sistemas de ouvidoria dos serviços de saúde e às Comissões de Monitoramento dos Índices de Cesarianas e de Boas Práticas Obstétricas (a serem criadas a partir de portarias).

Diz o artigo 17, parágrafo primeiro: “Os e as profissionais de saúde que praticarem atos de violência obstétrica ficam pessoalmente sujeitos à responsabilização civil e criminal decorrente de suas condutas” (WYLLYS, 2013, p. 10).

O projeto de lei ainda define que os estabelecimentos de saúde que fazem partos devem expor cartazes contendo informações sobre violência obstétrica, explicitando o que é e como uma mulher que sofreu agressões deve agir. Também a lei obrigaria cursos de formação superior em medicina e enfermagem a incluir nos

seus currículos conteúdos sobre o parto que vão de encontro com os termos estabelecidos na lei em relação ao tratamento às mulheres no parto.

O projeto ainda tramita no Legislativo, tendo sido apresentado pela primeira vez em maio de 2014.

No âmbito regional, já foi sancionada uma lei municipal que pretende coibir a violência obstétrica em Curitiba, capital do Paraná. A lei nº 14.598 foi aprovada em 2015 após ser redigida pelo vereador Edmar Colpani (PSB). Porém, essa lei não tem muita força dentro do cenário atual: estabelece apenas a elaboração de panfletos e cartazes explicativos sobre o assunto, a serem expostos em hospitais, postos de saúde e maternidades.

A legislação foi parcialmente vetada pelo Prefeito Municipal de Curitiba. O artigo 2º estabelecia formas de conduta consideradas violência, e que, portanto, não deveriam ser utilizadas, tais como humilhação, desrespeito aos direitos estabelecidos por lei, uso indevido de medicamentos e procedimentos sem o consentimento da parturiente, entre outros. Porém, a Prefeitura considerou o artigo inconstitucional por tratar da “defesa e proteção da saúde” e da relação entre médico e paciente. Esses itens seriam competência do Governo Federal, e não do Municipal.

A lei ainda foi alvo de críticas pela Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná (Sogipa), que não concorda com a denominação “violência obstétrica” para algumas das práticas citadas. Mesmo com o apoio do vereador Felipe Braga Cortes (PSDB), que tentou vetar as partes que estabeleciam panfletos e cartazes nas unidades de saúde, a lei foi aprovada (GALINDO, 2014). A tentativa da Sogipa de vetar a lei demonstra que a comunidade médica no Brasil tende a ser corporativista, protegendo os seus colegas de forma a preservar as práticas rotineiras, ainda que estas possam ser prejudiciais para os pacientes.

É necessária que uma estrutura legal acerca da criminalização da violência obstétrica seja implantada no Brasil. Ainda que algumas leis municipais comecem a ser votadas, elas não têm condições de estabelecer punições cabíveis em médicos, enfermeiros e profissionais que agridam mulheres antes, durante ou após o parto. Leis municipais podem, no máximo, exigir a conscientização e divulgação de informações. Para uma política que realmente impeça a violência obstétrica de acontecer, estabelecendo punições a quem a pratica, é necessária a aprovação do

projeto de lei 7633/14 acima citado ou qualquer outra legislação que cumpra o papel de, além de informar, monitorar, fiscalizar e punir a violência obstétrica.

2.8 O parto humanizado como alternativa para a violência

O parto humanizado está se popularizando entre as mulheres por oferecer uma alternativa mais segura, no qual a mulher é a protagonista, e não mera espectadora passiva do próprio parto. A proposta é tornar o parto menos submisso aos procedimentos sintéticos e mais baseado na natureza do corpo humano. Cita Carmen Tornquist, no artigo *Armadilhas da nova era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto*, publicado em 2002 no periódico *Estudos Feministas*:

A recusa que se faz ao modelo tecnocrático de atenção ao parto e ao nascimento, visto como emblemático do modo ocidental de pensar e de viver, implica questionar o predomínio da técnica e da cultura sobre procedimentos tidos como naturais, postulando-se, no limite, um retorno a uma vida mais natural

De forma simplificada, considera-se parto humanizado aquele que se dá de forma mais natural possível: com mínima intervenção médica, medicalização ou cirurgias. Não que esses procedimentos sejam “proibidos” – são apenas aplicados em caso de real necessidade, e nunca levianamente ou sem o desejo explícito da parturiente. O principal critério para caracterizar esse tipo de nascimento é que a mulher tenha total liberdade e autonomia nas decisões sobre o que é realizado com o seu corpo. Apesar de ser mais comumente relacionado com partos tidos como alternativos – de cócoras, na água, em casa – é possível realizar até mesmo uma cesariana humanizada, desde que observada a autonomia e o protagonismo materno.

Os primeiros passos para a humanização do parto acontecem na década de 1950, a partir do movimento *Parto sem dor*, na Europa. Na década de 1970, a contracultura e o movimento hippie norte-americano reforça essa tendência (DINIZ, 2005, p. 629). Em 1985 foi realizada uma conferência entre os escritórios regionais da OMS no Brasil, a fim de debater sobre os processos adequados ao parto. O resultado foi a Carta de Fortaleza, que estabelece o fim de várias das práticas já citadas nesse trabalho (como episiotomia, aceleração e indução ao trabalho de parto, edema e amniotomia), bem como define direitos das parturientes: movimentar-se durante o parto, presença de acompanhante, participação da mulher nas

decisões médicas. Cita Carmen S. G. Diniz, no artigo *Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento* (2005):

Na assistência ao parto, a redescritção operada pela MBE⁶ é extensa. O corpo feminino, antes necessariamente carente de resgate, é redescrito como apto a dar à luz, na grande maioria das vezes, sem necessidade de quaisquer intervenções ou sequelas previsíveis. O nascimento, antes um perigo para o bebê, é redescrito como processo fisiológico necessário à transição (respiratória, endócrina, imunológica) para a vida extra-uterina. (...) De evento medonho, o parto passa a inspirar uma nova estética, na qual estão permitidos os elementos antes tidos como indesejáveis – as dores, os genitais, os gemidos, a sexualidade, as emoções intensas, as secreções, a imprevisibilidade, as marcas pessoais, o contato corporal, os abraços

Ainda que não tenha força de lei, as recomendações criadas pela OMS se popularizaram e começaram a interferir na legislação de diversos países. No Brasil, por exemplo, a lei nº 11.108/2005 estabelece que todas as parturientes têm o direito de um acompanhante durante todo o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

Em 1994 surge no Brasil a primeira maternidade autodefinida como humanizada no Rio de Janeiro, a Maternidade Leila Diniz. Nos anos seguintes, várias maternidades foram criadas por todo o país com a premissa de realizar partos humanizados – com o mínimo de interferência médica, respeito à mulher e às suas decisões e com estrutura para atender de forma eficiente às demandas de um parto – por exemplo, com salas de parto equipadas para a parturiente poder se movimentar, sentar, deitar e relaxar sem estar presa à uma maca. Outra iniciativa significativa para a implementação do parto humanizado no Brasil é a Rehuna – Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, criada em 1993 para informar e impulsionar o parto sem intervenções médicas desnecessárias.

Ainda que tenha avançado, o parto humanizado ainda é uma realidade distante da maioria das brasileiras. Ainda são minoria as maternidades que oferecem o serviço, e destas, poucas são as que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O acompanhamento de uma doula (profissional responsável por acompanhar a gravidez e o nascimento, normalmente associada ao parto humanizado) é particular, custando cerca de mil reais. Ou seja: ainda que a tendência seja a de partos cada vez mais humanizados, ainda é um privilégio contar com estrutura e acompanhamento condizentes a essa prática.

⁶ MBE (Medicina Baseada em Evidências): movimento que iniciou a discussão a respeito da humanização do parto do ponto de vista médico. Foi o movimento responsável pelas revisões sugeridas pela OMS em relação às práticas realizadas no parto

A humanização do parto é uma realidade que tende a se popularizar cada vez mais nos próximos anos. Porém, a violência obstétrica ainda acontece com frequência impressionante nas maternidades do Brasil todo, e deve ser combatida – não só com leis, mas principalmente com a informação e educação das mulheres sobre o assunto. Quanto mais se souber sobre os direitos da parturiente, menor será o número de casos de agressão no parto. Esse é o objetivo dessa pesquisa, e do livro-reportagem a ser escrito a partir dela.

3. METODOLOGIA

Esse trabalho divide-se em duas partes distintas em relação à metodologia: o planejamento e a execução.

Inicialmente, realiza-se um levantamento bibliográfico de artigos científicos, livros, publicações, textos, blogs e sites que abordem os temas livro-reportagem e violência obstétrica. Essa parte da pesquisa buscou definir o que é livro-reportagem e quais recursos de escrita, como o jornalismo literário, são utilizados, bem como fazer uma breve exploração sobre os métodos de coleta de dados que foram aproveitados na elaboração prática do livro. Ainda, a pesquisa exploratória traçou um panorama da situação da violência obstétrica no Brasil com base nas informações levantadas.

Com base nessas duas etapas preliminares, o projeto do produto livro reportagem foi delineado de acordo com as informações levantadas. Seguiu-se, então, a etapa da execução: colocar em prática o que foi pesquisado como produto jornalístico.

Para a elaboração do livro, utilizou-se o método jornalístico de coleta de dados, com ênfase nas duas técnicas explicitadas anteriormente – uso de pesquisas na internet e entrevistas. Outras técnicas, como formas de jornalismo investigativo e uso de fontes indiretas foram usadas em casos de necessidade.

A coleta de informações através da internet ocorreu por duas frentes: a leitura e interpretação de pesquisas e a de textos. Coletar esses dados permitiu abrir o panorama e generalizar o problema, a fim de contrabalançar as entrevistas – que, por sua natureza, tendem a particularizar a situação para casos específicos.

As pesquisas usadas como fonte são demográficas ou de opinião realizadas anteriormente por órgãos competentes, e abordam assuntos relevantes ao tema, como dados a respeito do parto no Brasil, ocorrência de procedimentos danosos, uso de sistema público ou privado de saúde, entre outros. Dados menos específicos ao tema, mas que colaboravam de qualquer forma, também foram recolhidos, tais como renda per capita, quantidade e porcentagem de mulheres no Brasil, quantidade média de filhos por família, entre outros.

Já os textos utilizados são bem mais heterogêneos e podem agregar diversos tipos de conhecimento ao livro a ser produzido. Alguns artigos científicos foram aproveitados para dar embasamento teórico aos temas menos subjetivos que fogem

da competência de uma jornalista, como procedimentos médicos e relação entre a violência e problemas físicos e psicológicos no pós-parto. Outra forma na qual os textos encontrados na internet puderam ser úteis foi o uso de postagens em blogs e sites de caráter vivencial: depoimentos de mulheres que sofreram violência obstétrica ou trabalham na área médica apresentando seus pontos de vista. Ainda, na internet foram encontrados artigos, notícias e reportagens sobre o tema, que foram usados para relatar casos nos quais a autora não teve a possibilidade de realizar entrevistas.

As entrevistas foram realizadas de preferência presencialmente, com a opção de telefone, Skype ou e-mail, em último caso. O método de entrevista em profundidade foi usado, a fim de extrair depoimentos mais completos e verídicos.

Foi percebida, durante a elaboração da reportagem, certa dificuldade para encontrar algumas fontes, principalmente mulheres que sofreram violência e médicos obstetras dispostos a comentar sobre o assunto. Para contornar esse problema, foi elaborado um formulário na internet. Esse formulário foi distribuído em sites que abordam feminismo e maternidade para permitir que mulheres de todo o Brasil pudessem compartilhar suas histórias de violência obstétrica. 28 depoimentos válidos foram recolhidos, e quatro foram usados para exemplificar a violência entre os capítulos.

As pessoas entrevistadas são de vários tipos, a serem explicitadas a seguir:

- Mulheres que sofreram violência obstétrica: através de depoimentos por formulário. Quatro depoimentos foram selecionados para textos em destaque entre os capítulos.
- Profissionais da saúde que condenam a violência obstétrica e/ou defendem o parto humanizado. Foram entrevistadas duas enfermeiras obstétricas (sendo que uma é também professora) e uma doula.
- Um dos políticos citados na pesquisa como autores de projetos de lei que criminalizam ou chamam a atenção para a violência obstétrica.
- Mulheres engajadas na luta contra a violência obstétrica.

Depois de realizadas as entrevistas, estas serão decupadas e posteriormente editadas no formato jornalístico para a formação do livro-reportagem.

3.1 Detalhamento do produto

Por intermédio de dados, entrevistas e depoimentos sobre violência obstétrica, foi elaborado um livro-reportagem com o objetivo de informar sobre essa prática e como reconhecê-la e denunciá-la. Através de um trabalho jornalístico, foram recolhidas informações relevantes sobre essa prática, bem como histórias reais que ajudaram a formar um quadro geral. Para um panorama aprofundado da situação, são abordados, no livro, cinco aspectos da violência obstétrica com foco em Curitiba, mas podendo incluir situações no Brasil todo.

O livro-reportagem conta com cinco capítulos, cada um autônomo em relação aos outros, como se fossem cinco grandes reportagens separadas. São eles:

- **Com dor darás à luz:** nesse capítulo é apresentado o tema como um todo. Nele, são respondidas perguntas como: o que é violência obstétrica? Quais práticas constituem essa violência? Quem são as vítimas? O que está sendo feito em relação a isso? Será um resumo e uma prévia do que será apresentado nos capítulos posteriores.
- **Cesárea: a preferência nacional:** aborda o direito da gestante escolher entre cesariana ou parto normal. O objetivo é apresentar os dados que relacionam esses tipos de nascimento, fazendo uma crítica em relação ao excesso de cirurgias. Também é investigado o motivo pelo qual médicos (principalmente na rede particular de saúde) preferem fazer cesarianas – há vantagem financeira ou de tempo? As academias de medicina e enfermagem estão preparando esses profissionais para otimizar o tempo em detrimento da saúde das mulheres? Também são levantadas informações sobre situações em que a cirurgia é realmente imprescindível. É feita, ainda, uma análise sobre o desejo das mulheres: quando escolhem fazer um parto normal, esse direito é respeitado? Ainda, esse capítulo aborda a violência nos partos cirúrgicos. Assuntos como negação do direito à privacidade, proibição de acompanhantes e recusa a atendimento adequado são abordados.
- **O parto das intervenções:** nesse capítulo, são expostas histórias de violência em parto normal, as quais incluem, mas não se limitam, à Manobra de Kristeller, uso de hormônios para acelerar as contrações, episiotomia e a recusa ou insistência do uso de anestesia sem o consentimento da parturiente. São apresentados dados e entrevistas com pessoas envolvidas

na área médica, a fim de explicar se essas ações são realmente ruins para o acontecimento do parto e como esses procedimentos afetam o corpo da mulher. Esse capítulo ainda aborda a violência verbal.

- **O tempo das leis:** o capítulo aborda dois projetos de lei sobre o assunto. O primeiro é do deputado Jean Wyllys (PSOL), que ainda não foi aprovado. O projeto pretende conscientizar a população, fiscalizar hospitais e maternidades e punir atos de violência obstétrica em todo o Brasil. O outro já está em vigor em Curitiba depois de ser redigido pelo vereador Edmar Colpani (PSB), e prevê apenas ações de conscientização. Esta proposta foi parcialmente vetada e alvo de reclamações e mesmo boicotes da comunidade médica. Apresentam-se esses projetos de lei, o que pretende cada um, quais as punições previstas e as reações de outros políticos e mesmo outras esferas, como o Conselho Regional de Medicina, em relação às propostas.
- **O parto humano:** o capítulo apresenta o parto humanizado como uma alternativa à violência. Pretende-se mostrar o que é, quais as vantagens e como o parto humanizado se contrapõe ao parto tradicional. Também nesse capítulo são expostas formas de combate à essa violência, como o plano de parto, e o que uma mulher pode fazer para punir judicialmente equipes médicas que tenham praticado violência.

4. CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas, é possível concluir que a violência obstétrica é um problema de saúde pública generalizado e que necessita de atenção da sociedade. Não é um caso isolado ou uma anomalia de um profissional ou de um hospital específico: é uma situação naturalizada pela maioria, e que precisa ser combatida.

O trabalho da imprensa em noticiar esse tipo de violência é superficial e na maioria das vezes, salvo alguns veículos mais alternativos, noticia como se fosse nada além de um fato isolado que ocorreu, e não o sintoma de uma sociedade que aceita a apropriação do corpo da mulher e a patologização de processos naturais. Recentemente, entretanto, esse quadro tem mudado com a iniciativa de alguns veículos tradicionais em apresentar a violência obstétrica. Um exemplo é a campanha *#partocomrespeito*, promovida pela revista *Época*, que produziu diversas reportagens sobre o tema, além de ensaios fotográficos com famosas e anônimas contra a violência.

O parto é um procedimento biológico para o qual o corpo feminino está preparado, e qualquer intervenção indevida, além de prejudicar o nascimento, pode deixar sequelas. Mulheres parturientes não são de qualquer forma inferiores para se tornar justificável a invasão de seus corpos e o desrespeito físico, emocional e psicológico a qual elas são submetidas.

Por ser tão pouco retratada na mídia, excetuando-se as situações já retratadas, e ainda mais raramente abordada com profundidade, a necessidade de um livro-reportagem sobre o tema é clara e urgente. Apesar de ser um problema que atinge uma a cada quatro mães, o tema ainda é desconhecido pela maioria. Sem conhecimento do que acontece com seus próprios corpos, essas mulheres não lutam (e nem veem a necessidade para isso) contra essa realidade, o que alimenta esse ciclo de violência e naturaliza procedimentos que são comprovadamente prejudiciais e invasivos.

Percebe-se, com base nas informações apresentadas, a necessidade e a relevância de um livro-reportagem que aborde esse tema. Por ser um suporte que permite o aprofundamento no assunto, discussões e análises mais complexas e a apresentação de várias camadas de uma realidade, o livro é ideal para esse projeto.

O tema tem as características desejáveis a um livro-reportagem. Não é datado, podendo ser considerado relevante mesmo anos após sua escrita (os dados estatísticos podem ficar desatualizados, mas estes são apenas um complemento para o quadro geral); tem potencial para se tornar uma reportagem de fôlego longa, além de ter um tempo para execução adequado; e tem um conteúdo denso o suficiente para permitir análises e interpretações.

Com o objetivo de fazer uma reportagem profunda e multifacetada desse problema que afeta mulheres por todo o Brasil, o livro-reportagem é uma forma de dar voz e alcance para mulheres que sofreram um parto violento. O caráter de denúncia da reportagem é reforçado com o uso de dados e entrevistas que enfrentam o senso comum de que as intervenções médicas são sempre necessárias e desejáveis.

Apresentar informações relevantes acerca desse tema, divulgando melhor a violência obstétrica e empoderando mulheres para que elas saibam seus direitos no trabalho de parto, parto e puerpério é uma missão difícil e que exige muita pesquisa, apuração e dedicação, porém, é nítida a necessidade dessa reportagem aprofundada a ser realizada.

REFERÊNCIAS

BALOGH, G. Justiça do RS manda grávida fazer cesariana contra sua vontade. *Site Folha de S. Paulo*. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1434570-justica-do-rs-manda-gravida-fazer-cesariana-contra-sua-vontade.shtml>> Acesso em 02 abr 2014

BELO, E. **Livro-reportagem**. 2ª edição. São Paulo. Contexto, 2013. 139 p. (Coleção Comunicação)

BOYNTON, R. About the book. Disponível em <<http://www.newnewjournalism.com/about.htm>> Acesso em 11 mai 2015

BRASIL. Projeto de lei 7633/14. Sobre a humanização da assistência à mulher parturiente e ao neonato. Brasília, 2014.

BURKE, B.; LECKMAN, P.; STURZEN, A.; VLACK, K.V.; VILLANUEVA, H. **Lessons from New New Journalism**. University of Arizona. 2006

CAPOTE. T. **A sangue frio**. 1ª edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2003. 432 p. (Jornalismo literário)

CUNHA, Eliane. **Violência no parto em Minas Gerais: denúncia à Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <<https://violencianoparto.wordpress.com/>> . Acesso em 13 abr 2015

CURITIBA. Projeto de lei 14598. Dispõe sobre a implantação de medidas de informação à gestante e parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, visando, principalmente, a proteção destas contra violência obstétrica no Município de Curitiba. Curitiba, 2015.

Defensoria pública do Estado de São Paulo. **Violência obstétrica: você sabe o que é?** São Paulo, 2013. Disponível em <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/Violencia%20Obstetrica.pdf>> . Acesso em 13 abr 2015

DIADEMA. Projeto de lei 077/2013. Dispões sobre a implantação de medidas de informação à gestante e parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, visando, principalmente, a proteção destas contra a violência obstétrica no Município de Diadema. Diadema, 2013.

DINIZ, C. S. G. **Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 627-637, 2005.

DINIZ, S. G, CHACHAM, A. S. O “corte por cima” e o “corte por baixo”: o abuso de cesáreas e episiotomias em São Paulo. *Questões de saúde reprodutiva*. São Paulo. p. 80-91. 2006

FRANZON, A. C. A. e SENA, L. M. **Teste da Violência Obstétrica**. Cientista Que Virou Mãe, 2012. Disponível em <<http://www.cientistaqueviroumae.com.br>>

Fundação Oswaldo Cruz e Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre parto e nascimento**. Rio de Janeiro. 2014.

Fundação Perseu Abramo e Sesc. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. São Paulo. 2010.

GALINDO, Rogério. Câmara aprova ação contra violência obstétrica em Curitiba. *Gazeta do Povo*. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/camara-aprova-acao-contra-violencia-obstetrica-em-curitiba/>> Acesso em 28 abr 2015

GALINDO, Rogério. Médicos pedirão a prefeito que vete divulgação de itens de violência obstétrica. *Gazeta do Povo*. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/medicos-pedirao-a-prefeito-que-vete-divulgacao-de-itens-de-violencia-obstetrica/>> Acesso em 17 abr 2015

LEAL, M. **Birth in Brazil: national survey into labour and birth**. Reproductive Health. Reino Unido. 2012. Disponível em <<http://www.reproductive-health-journal.com/content/9/1/15>> Acesso em 08 jun 2015.

LIMA, E. P. **O que é Livro-Reportagem**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. 69 p. (Coleção Primeiros Passos).

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

MUÑOZ D. R., FORTES P. A. C. **O Princípio da Autonomia e o Consentimento Livre e Esclarecido**. In: Costa SIF, Oselka G, Garrafa V., coord. Iniciação à Bioética. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. 2014. Disponível em <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf>

PENA, F. **Jornalismo literário**. 2ª edição. São Paulo. Contexto, 2013. 142 p. (Coleção Comunicação)

RODRIGUES, F. **Livro-reportagem: uma abordagem sobre a cobertura da violência no Brasil**. 2010. Dissertação (mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Unicamp, Campinas, 2010.

TORNQUIST, C. S. **Armadilhas da nova era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto.** *Estudos feministas*. Santa Catarina. v. 10. n. 2. p. 482-492. 2002.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo volume I: porque as notícias são como são.** 2ª edição. Florianópolis. Insular, 2005. 223 p.